

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**O PROGRAMA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS NA  
POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO PARANÁ: Estudo de Caso - a Secretaria de Estado da  
Agricultura e do Abastecimento**

**SUSI HUSAK**

**MARINGÁ  
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**O PROGRAMA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS NA POLÍTICA DE  
CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ:  
Estudo de Caso - a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento**

Dissertação apresentada por SUSI HUSAK, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Mororó Silva

**MARINGÁ  
2012**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)**

H968p Husak, Susi  
O programa de línguas estrangeiras modernas na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná : estudo de caso - a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento / Susi Husak. -- Maringá, 2012.  
54, [17] f. : il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Mororó Silva.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2012.

1. Servidor público - Capacitação continuada. 2. Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM) - Paraná. 3. Escola de Governo (PR) - Capacitação continuada. 4. Paraná. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Servidor público - Capacitação continuada. I. Silva, Carlos Alberto Mororó, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

CDD 21.ed. 351.0715

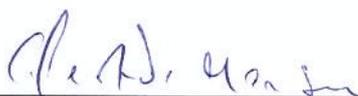
AMMA-003007

SUSI HUSAK

**O PROGRAMA DE LINGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS NA POLÍTICA DE  
CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ**

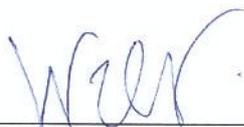
Aprovada em **29 de outubro de 2012.**

BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Carlos Alberto Mororó Silva  
Orientador  
UEM



---

Prof. Dr. Walter Lucio de Alencar Praxedes  
Membro  
UEM



---

Profa. Dra. Miriam Sester Retorta  
Membro  
UTFPR

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à vida por ter me dado a oportunidade de aprender um pouco mais.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me ter concedido chegar à etapa final desta pesquisa.

Ao Governo do Estado do Paraná que proporcionou este Mestrado e pela liberação para assistir às aulas durante o expediente de sextas-feiras.

Às inesquecíveis colegas da Escola de Governo Maria Gorete Brotti e Regina Márcia Brolesi de Souza, pela parceria e apoio incondicional.

Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Alberto Mororó Silva, pela prontidão em me aceitar como orientanda.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Marcelle Lara Pimentel e Prof. Dr. Wagner Lucio de Alencar Praxedes pela enorme contribuição no processo de qualificação.

Aos professores do Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá, pelas inesquecíveis aulas e pelo respeito às nossas falhas.

À colega do Mestrado Laura Chaves de Souza Peluso, por toda a colaboração.

À Gerente de Recursos Humanos da SEAB Gilka Maria Cardoso Andretta, pelo seu auxílio na coleta de dados da pesquisa.

A todos que me ajudaram nesta caminhada, por menor que tenha sido a contribuição, a minha gratidão.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.” (PAULO FREIRE)

HUSAK, Susi. **O PROGRAMA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS NA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ: ESTUDO DE CASO - A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.** 73 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Mororó Silva. Maringá, 2012.

## RESUMO

Esta pesquisa investiga se a capacitação em língua inglesa e espanhola aplicada aos servidores públicos da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná – SEAB, em Curitiba, por meio da Escola de Governo do Paraná, obteve resultado satisfatório. Descreve-se a importância da capacitação continuada dos servidores públicos na gestão administrativa do Estado e a Escola de Governo do Paraná como responsável por ações para a formação e o desenvolvimento técnico do servidor. Descreve-se, ainda, o ensino de línguas estrangeiras na história e na atualidade, com destaque na elaboração e implementação do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas - PLEM, o qual atendeu demandas de algumas Secretarias do Estado, sendo a SEAB escolhida para um estudo de caso.

**Palavras-chave:** servidor público e capacitação continuada; Escola de Governo do Paraná; Programa de Línguas Estrangeiras Modernas; SEAB

HUSAK, Susi. **THE MODERN FOREIGN LANGUAGES PROGRAM IN THE PARANÁ CIVIL SERVANTS CONTINUING TRAINING POLICY: CASE STUDY – THE STATE DEPARTMENT FOR AGRICULTURE AND FOOD SUPPLY.** 73 f. Dissertation (Master in Public Policies) – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. Carlos Alberto Mororó Silva. Maringá, 2012.

## **ABSTRACT**

This research investigates if the English and Spanish qualifying course applied to the civil servant of the Supply and Agriculture Secretary of Paraná – SEAB, in Curitiba, through the Government School of Paraná achieved satisfactory results. The importance of civil servants qualifying courses in the State administration is described, as well as the Government School of Paraná as the responsible for actions to the training and civil servant technical development. Yet, the foreign language teaching is described in the history and currently, emphasizing the elaboration and the performance of the Modern Foreign Language Program – PLEM that attended solicitations from some State Secretaries, in which SEAB was chosen for a study of case.

**Key words:** civil servant and qualifying courses; Government School of Paraná; Modern Foreign Language Programs; SEAB

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1 – Níveis de deliberação da Escola de Governo do Paraná.....27

FIGURA 2 – Linha do tempo das ações implementadas pela Escola de Governo do Paraná..28

## LISTA DE SIGLAS

ADAPAR	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná
CEASA	Centrais de Abastecimento do Paraná
CLASPAR	Empresa Paranaense de Classificação de Produtos
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
CPRA	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
DRH	Diretoria de Recursos Humanos
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PLEM	Programa de Línguas Estrangeiras Modernas
QPM	Quadro Permanente do Magistério
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAP	Secretaria de Administração e da Previdência
SECS	Secretaria de Estado da Comunicação Social
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEOP	Secretaria de Estado de Obras Públicas
SESA	Secretaria da Saúde
SETU	Secretaria de Turismo do Estado do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
URB-AL	Programa de Cooperação Descentralizada da Comissão Européia de Intercâmbio
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 O PAPEL DO ESTADO NA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO SERVIDOR PÚBLICO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 O ESTADO E A CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO SERVIDOR PÚBLICO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL E A CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO SERVIDOR PÚBLICO.....</b>	<b>21</b>
<b>3 A CAPACITAÇÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS POR MEIO DA ESCOLA DE GOVERNO DO PARANÁ.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1 A ESCOLA DE GOVERNO DO PARANÁ.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2 O PROGRAMA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS – PLEM .....</b>	<b>29</b>
<b>4 DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 A METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
<b>4.2 ESTUDO DE CASO: A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB .....</b>	<b>35</b>
<b>5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>38</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO A – Ofício enviado à secretária de Estado de Administração e da Previdência do Estado do Paraná. ....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO B - Logotipo do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas da Escola de Governo do Paraná .....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO C - Resolução Conjunta SEED – SEAP nº 12/2009, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 07/01/2010, página 09.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE A – Questionários preenchidos pelos servidores da SEAB participantes dos cursos de capacitação em Espanhol e Inglês, respectivamente.....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco um tema inesgotável e imprescindível por estar relacionado à comunicação com outros países e, portanto, à integração num mundo globalizado: o ensino de línguas estrangeiras modernas na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná. Considerando a amplitude do tema, fizemos a opção por um estudo de caso, que teve como objetivo investigar se os cursos de língua inglesa e espanhola, ministrados como capacitação profissional aos servidores da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, em Curitiba, obtiveram resultados satisfatórios.

O tema escolhido se justifica pela premência dos servidores públicos estaduais em obter competência em línguas estrangeiras, devido às exigências do mundo do trabalho globalizado. O fato de ser servidora pública na área de ensino de língua inglesa há 32 anos e de ter trabalhado na Escola de Governo em 2009 e 2010, uma instituição estadual criada para o desenvolvimento profissional de servidores públicos, ressaltou o interesse pelo assunto.

Além disso, apontamos o aporte da experiência inerente ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas, que se constrói e sustenta nos entremeios da educação, do trabalho e da política governamental. Os estudos teóricos das aulas, as pesquisas bibliográficas, a experiência de trabalho na Escola de Governo do Paraná durante os anos de 2009 e 2010, as orientações e todos os esforços empreendidos para organizá-la, estão permeados pela atuação profissional da pesquisadora, considerando as condições de produção que envolvem uma trajetória acadêmico-profissional.

Quando citamos “capacitação profissional”, inferimos que a educação continuada está presente, a adequação ao trabalho por meio de novos conhecimentos é sinônimo de qualificação, e isso significa melhor desempenho e retorno positivo ao ser humano e ao Estado que investe nesse quesito. Conforme Rodrigues (2008), a educação ao longo da vida é a eterna obsolescência humana: o recorrente apelo à educação, para a vida e ao longo dela, é mais do que simples frase de efeito; compreende inequívocos interesses, concepções de sociedade, de Estado e educação, define lugares sociais, estabelece e perpetua direções em detrimento de outras, redefine o conceito de educação e de sistema educacional.

Ao discutirmos uma política de capacitação continuada, não podemos deixar de mencionar o relatório feito pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI direcionado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2010, no qual, assegura que a educação surge como um trunfo indispensável

para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social; afirma que é imperativo impor o conceito de educação ao longo da vida com suas vantagens de flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço, sendo uma construção contínua da pessoa, de seu saber e de suas aptidões.

De acordo com essa Comissão, as políticas educacionais são um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, e pretende sublinhar o papel da UNESCO, o de colocar em prática a compreensão mútua e transformar o avanço do conhecimento em um instrumento, não de distinção, mas de promoção do gênero humano.

O Estado do Paraná, por meio da Escola de Governo, conforme descrita por Mesquita, Pasqualin e Rocha (2010), oferece capacitação profissional com uma metodologia de ensino-aprendizagem em várias áreas para a formação e o desenvolvimento dos servidores públicos, incluindo cursos e programas, que permite a aproximação entre Governo (mundo do trabalho) e Academia (mundo dos saberes). Um desses programas é o Programa de Línguas Estrangeiras Modernas – PLEM, criado em 2009 para atender demandas de Secretarias que necessitam que seus servidores sejam capacitados em línguas estrangeiras

Para adentrarmos na discussão específica do objeto investigado, alguns conceitos merecem ser esclarecidos e algumas perspectivas teóricas devem ser expostas a título de manter coerente a linha de raciocínio proposta. Primeiramente, no contexto deste trabalho, a capacitação continuada reveste-se de importância na gestão de pessoas. Carvalho e Nascimento (2002, *apud* PEREIRA e MARQUES, 2004), empregam o termo ‘capacitação’ de forma similar aos vocábulos treinamento, desenvolvimento e formação; o termo é utilizado no sentido de ser um processo para preparar, capacitar os servidores a fim de melhorar a qualidade do desempenho das suas funções. E dessa forma, corroboramos com o entendimento dos autores quando buscamos descobrir resultados de uma capacitação voltada a qualificar servidores para suas funções.

Outro dado que não podemos deixar de mencionar é a Política Nacional de Capacitação dos Servidores, garantindo-lhes o direito de atualização profissional permanente, instituída na gestão de Fernando Henrique Cardoso pelo Decreto nº 2.794, de 01 de outubro de 1998 que:

[...] esclarece que a política deve ser implementada pelos órgãos e entidades pertencentes à Administração Pública Federal de natureza direta, autárquica e fundacional, contendo a definição das diretrizes para a capacitação destes servidores na tentativa de alcançar a melhoria da eficiência e qualidade do serviço público e a valorização do servidor público, através da capacitação permanente. (PEREIRA e MARQUES, 2004)

Compreendemos, portanto, nesta pesquisa, conforme Hofling (2001), que políticas públicas são entendidas como “o Estado implantando um projeto de governo por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.”.

Apesar de existir um Decreto que institui a implementação da política de capacitação continuada, Gentili (1998, *apud* SANTOS, 2011) aponta, na perspectiva neoliberal, que os sistemas educacionais enfrentam hoje uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, pois cresceram quantitativamente sem garantir a qualidade do ensino. Para os neoliberais, conforme o autor, a profunda crise de qualidade educacional é gerada pela incapacidade estrutural do Estado para administrar tais políticas.

Entendemos que a qualificação profissional, adquirida pela capacitação técnica, de fato muda as pessoas, suas famílias e a comunidade onde elas vivem. É necessário, então, em nossa concepção, que essa capacitação seja feita de maneira contínua, de acordo com a demanda do mundo do trabalho e principalmente, oferecida a todas as classes de servidores públicos, dando-lhes igual oportunidade de ascender em suas carreiras.

Apresentamos, também, alguns aspectos dentro da reforma na administração pública durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), quando a preocupação com a capacitação técnica dos servidores públicos teve um ápice com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado que, conforme Bonezi e Pedraça (2008), foi discutido e aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, em novembro de 1995, sendo uma das principais mudanças constitucionais a manutenção de Escolas de Governo para seus servidores participarem de cursos, no intuito de melhorar a máquina administrativa. Neste trabalho, a escola de Governo do Paraná está delineada conforme sua história, funções e objetivos, com enfoque no Programa de Línguas Estrangeiras Modernas.

Contribuições sobre o neoliberalismo são também mencionadas, contemplando autores que se aproximam da abordagem sobre o tema numa compreensão global dos rumos das políticas educacionais.

Como esta investigação trata de uma política pública em educação, citamos, ainda, num recorte simplificado face às muitas teorias, o pensamento pedagógico e a concepção socialista de Gramsci (1982), reflexões de Vigotski proferidas por Stetsenko em uma palestra na Universidade Federal Tecnológica do Paraná – UTFPR, em 2010, sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, e, a respeito de formação continuada e gestão da educação, também nos apoiamos nas ideias de Ferreira (2006).

O objetivo geral desta dissertação é analisarmos as percepções e avaliações feitas pelos servidores públicos a respeito do PLEM. Para atendermos o objetivo geral, alguns

objetivos específicos foram delimitados:

1. Falar sobre como o Estado conduz a capacitação de seus servidores públicos;
2. Descrever a Escola de Governo do Paraná;
3. Relatar o PLEM;
4. Investigar as percepções e avaliações do PLEM feitas por servidores da SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento).

Para cumprir o propósito de aprofundar o tema, estruturamos a exposição deste trabalho em quatro seções: na 1ª, discorremos sobre a capacitação continuada do servidor público face ao Estado e as políticas sociais. Relatamos, além disso, alguns aspectos da reforma administrativa brasileira e paranaense no período de 1995 a 1998 sócio-historicamente construídos. Situamos então, o ensino de línguas estrangeiras no Brasil dentro da história e sua participação nas Leis de Diretrizes e Bases - LDB.

Na 2ª seção, delineamos a Escola de Governo do Paraná, detentora de programas para capacitar o servidor público, e descrevemos o Programa de Línguas Estrangeiras Modernas desde sua criação em 2009 até a implementação dos cursos.

Na 3ª seção, apresentamos a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a qual é responsável pela execução das políticas públicas voltadas ao setor agropecuário, pesqueiro e de abastecimento. Como desfecho dessa seção, apresentamos e analisamos os dados da pesquisa, coletados por meio de um questionário, preenchido por servidores da SEAB, participantes dos cursos de inglês e espanhol pertencentes ao PLEM.

Desta forma, na conclusão, ressaltamos a importância do Programa de Línguas Estrangeiras na política de capacitação continuada do servidor público, face à interpretação dos dados colhidos na pesquisa.

## **2 O PAPEL DO ESTADO NA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO SERVIDOR PÚBLICO**

A presente seção tem como objetivo fazer uma análise do contexto da capacitação continuada oferecida pelo Estado aos servidores públicos, sob o ponto de vista da política pública social na área da educação. Nas palavras de Menegasso e Salm (2001, *apud* PEREIRA e MARQUES, 2004) o modo de produção atual requer informações rápidas, exigindo das pessoas formação sempre atualizada (...). Na perspectiva relacional de Vigotsky, nas palavras de Stetsenko (2010), a mente é um sistema dinâmico movido com ações de indivíduos que, por meio delas, estabelecem suas relações com o mundo e com as outras pessoas.

Salientamos a capacitação no mundo do trabalho como uma ferramenta capaz de reposicionar o servidor público motivando-o a sair da “zona de conforto”, isto é, abandonar o comodismo burocrático. Acrescentamos, baseados em Pereira e Marques (2004), que a capacitação tem um espaço decisivo no serviço público, assim como em outras organizações, porque de fato o Estado é uma das maiores organizações existentes nesse país, dotada de uma pluralidade de funções que estão se transformando continuamente (...).

Não obstante, apresentamos o servidor público na história da máquina administrativa do Estado e relacionamos a capacitação continuada com a aprendizagem e o desenvolvimento do ser humano.

Finalizamos esta seção situando o ensino de línguas estrangeiras na trajetória histórico-cultural e na LDB brasileira, focalizando sua premência na agenda de política pública de capacitação dos servidores públicos paranaenses.

### **2.1 O ESTADO E A CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO SERVIDOR PÚBLICO**

Entendemos que a capacitação continuada tem como objetivo a melhoria da eficiência e qualidade do servidor no propósito de atender as demandas do Estado, à medida que a modernização da administração pública exige. Ferreira (2006) refere-se a essa aquisição de ordem profissional como “formação continuada” e assevera que é uma realidade no panorama

educacional brasileiro e mundial, devido aos avanços da ciência e da tecnologia que se processaram nas últimas décadas.

Para Marx (1982, *apud* Machado, 2004) é pelo trabalho que o homem se objetiva e se constitui como ser social; é pelo trabalho que o homem, ao transformar a natureza, transforma a si mesmo. Mas, para se transformar, estar à altura dos avanços tecnológicos e se manter estável em seu trabalho, compreendemos que ele conta com o Estado para lhe garantir uma capacitação continuada dentro de uma política social de educação. Machado (2004) define a política social como uma política de garantia de direitos sociais e de estabelecimento de proteção social para que as pessoas possam se manter, e sobreviver, usufruindo, em algum grau, da riqueza socialmente produzida. Mas, questionamos, diante de tantas desigualdades sociais, se essa proteção social de fato protege ou apenas mantém o cidadão subordinado às medidas assistencialistas, que atendem os interesses políticos temporários dos governantes.

Sob a visão do neoliberalismo<sup>1</sup>, conforme Lima (2007), a educação é uma mercadoria, e para os neoliberais o mercado tem sua lógica própria, e qualquer intervenção que não seja para garantir que suas regras sejam cumpridas, devem ser combatidas. Em outras palavras, inferimos que a meta da classe dominante é o lucro por meio da exploração do trabalhador e a intervenção do Estado é indesejada. Dessa forma, Lima (2007) aponta que os países devem subordinar suas políticas públicas aos imperativos da eficiência e da eficácia, ditadas pela racionalidade nova de um mercado globalizado.

Ferreira (2006) corrobora dizendo que o mundo do trabalho se tornou realmente global e compara a globalização do capitalismo com a globalização do mundo do trabalho, colocando-os em um mesmo patamar. Atentamos então, às novas exigências de capacitação para o servidor, que se encontra envolvido pelos avanços científicos e tecnológicos. Nesse sentido, Levy (2001, *apud* PEREIRA e MARQUES, 2004) explica que:

[...] a capacitação tem um enorme papel a cumprir no sentido de reposicionar o setor público, sem falar na motivação que a capacitação pode promover. Acrescenta-se que, em termos de política de RH, a capacitação tem um espaço decisivo no serviço público, assim como em outras organizações, porque de fato o Estado é uma das maiores organizações existentes neste país dotada de uma pluralidade de funções que estão se transformando continuamente.

---

<sup>1</sup>O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON, 1995)

Já que nossa discussão está voltada à capacitação do servidor público, consideramos primordial apresentar a definição desse profissional na Lei nº 8112 de 11 dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, no capítulo único das disposições preliminares: “Art. 2º Para os efeitos desta lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.” Para dirimir quaisquer dúvidas, apresentamos também o artigo 3º da mesma Lei e capítulo, que elucida sobre a descrição de cargo público: “Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor”.

Ainda, sobre a definição de servidor público, Di Pietro (2003, *apud* BONEZI e PEDRAÇA, 2008) define como termo utilizado, *lato sensu*, para designar “as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos”. Quando pensamos em remuneração, remetemo-nos à política salarial, que de acordo com Machado (2004) é uma política social por excelência, o que implica que o emprego formal para o trabalhador é essencial.

Ao situar o servidor público na história, por uma questão de buscar sua origem, temos que, a partir do período colonial, primeira metade do século XIX, conforme relatado em Brasília (2010, Livro 09, cap. 09), o sistema administrativo mesclava a ética da clientela, nomeando servidores despreparados, com a presença de uma burocracia qualificada, incluindo os postos mais elevados da administração. Essa tendência ganhou maior impulso na segunda metade do século XIX com a dinamização da atividade econômica – devido à expansão cafeeira – que contribuiu para que a sociedade se urbanizasse de maneira mais autônoma e para que a máquina de Estado se expandisse. Consideramos importante apontar o desencadear da preocupação com a máquina administrativa, já que essas transformações interferem nas reflexões sobre o Estado, políticas públicas e educação até a atualidade.

Passemos ao século XX, a partir de 1930, conforme Brasília (2010, Livro 09, cap.10), quando as mudanças socioeconômicas e políticoadministrativas abriram novas perspectivas para o crescimento dos serviços e de outras atividades estatais, o que teve como contrapartida a ampliação do emprego público no Brasil.

Após a Revolução de 1930, ainda conforme Brasília (2010, Livro 09, cap.10), houve, na área social, progressiva extensão do poder de Estado sobre o sistema educacional, que perseguia três objetivos principais: a formação da cidadania, por meio da transmissão dos valores nacionais; a resposta às pressões por educação de setores cada vez mais amplos da

sociedade; e a formação técnico-profissional da mão de obra. Essa formação à qual se refere o documento nos remete, então, à capacitação dos servidores públicos, no empenho de acompanhar a evolução da sua profissão e, desta forma, obter maiores oportunidades. Dessa forma, o Estado é visto pela sociedade, devido ao trabalhador, uma máquina administrativa moderna.

A reforma do Estado, conforme Bonezzi e Pedraça (2008), tornou-se tema central nos anos 90, em todo o mundo, em resposta ao processo de globalização em curso, que reduziu a autonomia dos Estados para formular e implementar políticas.

Gostaríamos de esclarecer que o Conselho de Reforma do Estado foi instituído por meio do Decreto nº 1.738 de 8 de dezembro de 1985, no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, com a finalidade de proceder a debates e oferecer sugestões à Câmara da Reforma do Estado nos assuntos relativos à reforma do aparelho do Estado (BRASIL, 1997).

Em 1995, conforme Brasil (1997), o Governo Fernando Henrique Cardoso propôs um programa de reformas que, dentro do marco de um governo democrático, pressupunha a redefinição das relações entre Estado e sociedade, e, inserido numa proposta de reconstrução do Estado e de modernização da administração pública, lançou os fundamentos para uma revisão do modelo tecnocrático e autoritário. Conforme esse documento sobre a reforma do Estado, ainda em 1995, o Conselho de Reforma do Estado foi criado nesse contexto e inspirado na experiência japonesa da década de 80, quando representantes da sociedade civil e do setor privado foram orientados para formar consensos, com vistas à implementação da reforma administrativa japonesa.

Na ocasião da solenidade de instalação do Conselho de Reforma do Estado, no Palácio do Planalto, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso proferiu um discurso, de onde retiramos o seguinte excerto, condizente com Brasil (1997, p.17): “Não se trata, apenas, da reforma da Administração. Essa está parcialmente encaminhada. Mas o Conselho de Estado é mais amplo do que o aparelho burocrático da Administração. Nossa tarefa aqui é muito maior do que, simplesmente, a reforma administrativa. É pensar-se o Estado moderno, o Estado contemporâneo e o seu relacionamento com as formas produtivas, com as forças políticas, com a máquina burocrática. Não são tarefas fáceis. São tarefas muito difíceis e que requerem, efetivamente, visões novas.”

Diante desse discurso e com o Conselho de Reforma do Estado, acreditamos que ficou claro para a sociedade brasileira, de acordo com Bonezzi e Pedraça (2008), que essa reforma tornara-se condição, de um lado, da consolidação do ajuste fiscal do Estado brasileiro, e, de

outro, na existência no país de um serviço público moderno, profissional e eficiente, voltado para o atendimento das necessidades dos cidadãos.

Porém, passado tanto tempo, e mesmo já estando no século XXI, percebemos a realidade do serviço público, que ainda denota condições precárias de atendimento ao cidadão, por falta de tecnologia adequada, principalmente no interior do Paraná, estado em que estamos realizando esta pesquisa.

Acrescentamos, baseados em documento do arquivo público do Paraná, intitulado História administrativa do Paraná (2002), que no Brasil essa reforma estatal não exige apenas mudanças administrativas, fiscais, políticas e culturais no âmbito do poder público, mas mudanças na sociedade para que o exercício da cidadania se reinvente em todas as camadas sociais, a fim de que cada cidadão brasileiro restabeleça a confiança na governabilidade e numa real participação na e da vida pública.

Para mais contribuições, de acordo com Brasil (1998), a reforma na administração pública teve forte direcionamento para a reorganização institucional, na qual se combinaram mudanças de natureza legal e normativa, com o intuito de buscar formas inovadoras de gestão para os órgãos e entidades da administração federal. Essa reorganização envolveu também, a renovação e reconfiguração do perfil profissional dos servidores públicos, fortalecendo as carreiras e realizando programas permanentes de recrutamento e de capacitação.

A partir dessa reforma, a capacitação técnica do servidor público passou a ser pensada como parte do fortalecimento da máquina administrativa e como fator imprescindível na qualidade da prestação de serviços aos cidadãos. Afinal, concordando com Pereira e Marques (2004), os servidores são representantes efetivos da vontade política do Estado.

No Paraná, a partir de 1995, com base em documento do arquivo público sobre a História Administrativa do Paraná (2002), o Governo direcionou seus esforços de reorganização administrativa para a busca de novos modelos organizacionais com flexibilidade e agilidade administrativa, adequados às exigências conjunturais e técnicas bem como às potencialidades e vocações do Estado do Paraná. Citamos como exemplo o Paraná Tecnologia, criado pela lei nº 12.020 de 09 de janeiro de 1998, com a finalidade de gerir o Fundo Paraná, destinado ao apoio científico e tecnológico do Paraná.

Muller e Machado (2010) ratificam que a capacitação de forma continuada é indiscutivelmente necessária para a atualização de conteúdos e práticas no intuito de gerar competências e habilidades, de forma a contribuir com a gestão pública do Estado. As autoras apontam a importância do capital humano nas organizações públicas evidenciada pelo movimento da nova gestão no início dos anos de 1990, que gerou discussões a respeito da

capacitação dos recursos humanos no Brasil e seus estados. Entendemos que a necessidade de qualificação dos servidores do Estado é uma consequência da difusão da tecnologia de informação no setor público e dos investimentos tecnológicos que ingressaram no setor, via parcerias público-privadas ou por outros meios.

Em relação aos servidores públicos estaduais, não se pode negar as especificidades da gestão de recursos humanos, como salientam Ferreira, Gomes e Araújo (2008, *apud* MULLER e MACHADO, 2010), assim como suas particularidades para adaptarem-se ao contexto da administração pública.

Admitimos que o servidor público compreende o sentido de seu espaço nas instituições do Estado, pois a administração pública não funciona sem o produto do seu trabalho. Por meio de treinamento especializado e permanente, ele procura, dentro do possível, desempenhar cada vez melhor suas funções e capacitar-se para participar das decisões da gestão pública, o que o faz sentir-se respeitado e confiante. É o que constata Ferrari (2003, *apud* BONEZI e PEDRAÇA, 2008) ao afirmar que para ter um servidor eficiente e honesto é preciso dar a ele as condições necessárias como: oportunidade de modernização, atualização e reciclagem, além de um salário compatível com sua função. E isso, é atribuição do Estado.

Para Ferreira (2006), a formação continuada é uma realidade no panorama educacional brasileiro e mundial, não apenas pelos avanços da ciência e da tecnologia que se processaram nas últimas décadas, mas como uma nova categoria que passou a existir no mercado da formação contínua, que precisa ser entendida como um mecanismo de permanente capacitação reflexiva de todos os seres humanos às múltiplas exigências do mundo do trabalho, para a construção de um “novo cidadão do mundo”.

Para Gramsci (1982, p. 4), “os empresários - se não todos, pelo menos uma elite deles - devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher”. O Estado, visto então como um organismo dirigido para manter o domínio sobre os governados, nas palavras de Pereira e Marques (2004), é imposto a adotar uma postura de enfrentamento, considerando essas novas transformações que se configuram no cenário mundial, pois o setor público não pode ficar imune e alheio a esses movimentos que determinam sua dinâmica na contemporaneidade.

Para Giddens (1990, *apud* FERREIRA, 2006), a globalização intensifica as relações sociais mundiais. Por isso, compreendemos que a capacitação em línguas estrangeiras é um

caminho para favorecer essas relações. Ferreira (2006) assevera que as políticas neoliberais correspondem e decorrem da globalização e se tornam globalizadas. A autora adiciona que as palavras chaves desse sistema político são: agilidade, eficiência, eficácia e produtividade, porém antagônicas, no que diz respeito aos ideais de equidade e justiça tão almejados pela humanidade global. Concordamos com a autora que as palavras chaves são antagônicas, já que são qualidades que, apesar de almejadas pela humanidade global, atingem, na maioria, grupos de interesses do poder político.

Em nossa concepção, a aprendizagem e o desenvolvimento são fatores inerentes à capacitação continuada do servidor, já que para se capacitar ele precisa aprender e desenvolver esse aprendizado. Stetsenko (2010), apresenta contribuições sobre a teoria da atividade conforme Vygotski, sustentando que a educação envolve uma visão sobre a sociedade, sobre a natureza humana, além de conhecimento em relação às finalidades educacionais. Na perspectiva relacional, a pesquisadora afirma que as pessoas têm acesso à realidade através de seu engajamento e de sua participação. Concordamos com essa definição quando pensamos no servidor engajado em seu trabalho buscando capacitações para aumentar seu conhecimento.

Desse modo, a capacitação em línguas estrangeiras, hoje, demandada pelos servidores públicos do Paraná, por meio de uma formação continuada para atender as ações de governo nas relações comerciais com outros países, busca satisfazer as exigências do mercado globalizado.

## 2.2 O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL E A CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Antes do eurocentrismo, de acordo com Leffa (1999), o ensino das línguas modernas começou a ser valorizado somente depois da chegada da família real portuguesa no Brasil em 1808. O autor descreve que em 1809, com a assinatura de um decreto pelo príncipe regente D. João VI, criaram-se as cadeiras de inglês e francês com os objetivos de melhorar a instrução pública e de atender às demandas advindas da abertura dos portos ao comércio. Consideramos essas cadeiras de inglês e francês um modelo original de capacitação em línguas estrangeiras.

É significativo acrescentarmos, fundamentados em Leffa (1999), que o modelo de ensino de línguas se manteve até 1929 e o francês era o idioma priorizado, por representar um ideal de cultura e civilização, seguido do inglês e depois do alemão.

Continuamos com base em Leffa (1999) que afirma que a partir do início do século XX, muitos Europeus migraram para o Brasil com esperanças de melhoria na qualidade de vida devido a um conjunto de fatores como: o aumento populacional, a falta de emprego e de terras agricultáveis, períodos de guerras e pós-guerra e perseguições étnicas, e portanto, passaram a creditar esperanças de melhoria na qualidade de vida no Brasil, onde a escravidão havia recentemente acabado. Então, condizente com Leffa (1999), numa tentativa de preservar suas culturas, muitos colonos se organizaram para construir e manter escolas para os seus filhos, pois o Estado brasileiro não ofertava atendimento escolar a todas as crianças.

Logo, em 1917, conforme Nagle (2001), o governo federal resolveu fechar as escolas de imigrantes com o propósito de impedir a desnacionalização do país, as quais funcionavam, a maior parte, no sul do Brasil, e, em 1918 criou escolas primárias subsidiadas com recursos federais e sob a responsabilidade dos Estados. Consideramos esse propósito de impedir a desnacionalização uma enorme perda linguística, pois com a variedade de línguas estrangeiras que ocuparam nosso país (e ainda ocupam), hoje poderíamos ser um país bilíngue como o Canadá, onde o inglês e o francês são línguas oficiais, ou até trilingue, visto a imersão de estrangeiros e suas culturas. Porém, o Brasil permanece monolíngue (com uma riqueza de variantes, é certo) e com direito a “pelo menos uma” língua estrangeira (LDB, 1996) na grade curricular a partir de 1996.

Para compreendermos como o ensino de línguas estrangeiras se tornou necessário no Brasil, relatamos, conforme Quijano (2005), que a Europa, após a Segunda Guerra Mundial, encontrava-se como o centro do capitalismo mundial, e nessa condição, tinha o controle desse mercado. A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo, dominado por esse continente, significou uma configuração cultural e intelectual equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial.

Concluimos que essa incorporação do planeta à Europa mexeu com o mundo linguístico, pois com o controle do mercado mundial, as relações econômicas eram discutidas na língua dos dominantes: os países da Europa. E, no Brasil, aqueles que tinham competência em língua estrangeira, com maior capital político e econômico, negociavam com o mundo exterior, o que não é diferente nos dias atuais.

Sabemos que ao longo da história da educação brasileira, é dever do Estado garantir ao cidadão a educação escolar pública, cujo direito está estabelecido pela Lei nº 9.394, que apresenta as diretrizes e bases da educação nacional - LDB. O Artigo 1º da LDB (1996) afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Dessa forma, o artigo 1º da LDB está consoante com a filosofia de Vigotsky, na investigação de Stetsenko (2010), quando afirma que as pessoas se desenvolvem e aprendem fazendo e agindo em seu mundo enquanto participam de estruturas sociais, pois possuem uma capacidade sem precedentes para transformar seu ambiente por meio de ferramentas culturais.

Apontamos o ensino de língua estrangeira, contemplado dentro da LDB em relação aos níveis e modalidades de educação, referente ao ensino fundamental, no capítulo II, artigo 26 e parágrafo 5º:

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (LDB, 1996)

E, referente ao ensino médio, no mesmo capítulo, artigo 36, item III:

[...] será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição. (LDB, 1996)

Complementamos sobre o ensino de língua estrangeira no Brasil, a oferta do ensino de língua espanhola, por meio de decreto do Congresso Nacional, sob a Lei nº 11.161 de 05 de agosto de 2005, sendo essa língua de oferta obrigatória pelas escolas, mas de matrícula facultativa para o aluno, o que, a nosso ver, não atende as necessidades do cidadão brasileiro. Concordamos com Moraes (2010) sobre a implantação dessa Lei, que é caracterizada pelo descompromisso de algumas políticas públicas, visto que muitas escolas públicas ainda não se adequaram a ela.

Segundo Coronil (2005), essa oferta obrigatória da língua foi resultado de um processo que buscava destacar o Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL<sup>2</sup>, atender a interesses políticos-econômicos e melhorar suas relações comerciais com países de língua espanhola. Para Coronil (2005), não mais o eurocentrismo, mas o globocentrismo como modalidade do ocidentalismo aparece como um efeito do mercado, em vez de aparecer como um projeto político deliberado.

Concluimos, então, que o aprendizado de línguas estrangeiras é uma ponte entre os países, principalmente quando estamos vivendo uma cultura globalizada, aproximada pelos vários meios tecnológicos, o que provoca o ser humano para se tornar um cidadão do mundo.

Diante do exposto, o governo do Paraná, em 2009, passou a se preocupar com uma forma de capacitação continuada para qualificar servidores públicos na área de línguas estrangeiras, com o objetivo de desenvolver a sua compreensão escrita, leitora e oral, bem como a sua competência intercultural e comunicativa. A oferta de cursos de línguas estrangeiras foi pensada como uma alternativa para a Administração Pública Estadual capacitar as suas equipes, numa perspectiva de transformar limitações em potencialidades, bem como prepará-las para interagir com outros países e atuar frente às ações governamentais, demandadas pelos diversos projetos coordenados mediante parcerias e acordos estrangeiros.

Na próxima seção delineamos o órgão responsável pela capacitação continuada dos servidores públicos no Paraná com suas funções e objetivos: a Escola de Governo. Também apresentamos o Programa de Línguas Estrangeiras Modernas, dentro de uma perspectiva cronológica, desde sua constituição até a sua implementação como capacitação continuada para os servidores.

---

<sup>2</sup>É um amplo projeto de integração concebido por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai que envolve dimensões econômicas, políticas e sociais. Para mais informações, acessar [www.geomundo.com.br](http://www.geomundo.com.br).

### **3 A CAPACITAÇÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS POR MEIO DA ESCOLA DE GOVERNO DO PARANÁ**

Nesta seção, descrevemos a escola de governo do Paraná em sua trajetória como órgão responsável pelo desenvolvimento de competências profissionais no Estado, a qual atua em diversas áreas para atender demandas que satisfaçam as prioridades de modernização na administração pública. Outrossim, destacamos o Programa de Línguas Estrangeiras Modernas, elaborado para oferecer capacitação em aquisição de línguas, de forma a contribuir com os interesses políticos e econômicos do estado do Paraná

#### **3.1 A ESCOLA DE GOVERNO DO PARANÁ**

Apoiados na pesquisa de Ferrarezi e Tomacheski (2010), a capacitação dos servidores públicos é desenvolvida no poder executivo – governos federal, estadual e municipal -, bem como no legislativo e judiciário, por órgãos de diversas naturezas e, a esse conjunto de instituições, cabe a responsabilidade de estimular, de forma permanente, o desenvolvimento de competências profissionais e a disseminação do conhecimento em gestão pública.

Com a Política Nacional de Capacitação, a capacitação permanente do servidor passa a contar com uma política definida para o conjunto do Governo, compreendendo diretrizes, mecanismos para a coordenação e avaliação das ações de treinamento, bem como os recursos financeiros necessários (BRASIL, 1998). Dentro de uma ordem cronológica, esclarecemos que a Política Nacional de Capacitação foi primeiramente regulamentada no Decreto 2.794, de 1º de outubro de 1998, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na sequência, em 23 de fevereiro de 2006, esse Decreto foi revogado pelo Decreto 5.707, na gestão presidencial de Luis Inácio Lula da Silva.

No estado do Paraná, o órgão responsável pela formação e pelo desenvolvimento de servidores públicos, no âmbito da administração pública, é a Escola de Governo do Paraná. Iniciamos a descrição de sua trajetória, conforme Pasqualin, Mesquita e Rocha (2010), com o registro da atribuição de competência que consta na Constituição Federal de 1988 e no parágrafo 2º do artigo 33, da Constituição do Estado do Paraná, de 05 de outubro de 1989, em que determina:

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

Na visão de Ferrarezi e Tomacheski (2010), o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes de servidores públicos por meio de capacitação envolve não apenas o conhecimento explícito, mas, também, o conhecimento tácito oriundo da resolução de problemas práticos, além de metodologias teórico-aplicadas de ensino-aprendizagem, gerando aproximação com a realidade em que os servidores atuam.

Para Gramsci, nas palavras de Soares (2004), na formação dos trabalhadores, atualmente, não se deve perder de vista o avanço científico e tecnológico que é incorporado às mudanças no mundo do trabalho, o que implica em manter a autonomia da escola em relação a demandas pontuais do setor produtivo, pois o seu papel não é o de estar dependente, atrelada e subordinada aos ditames do mundo empresarial. Então, voltamos ao raciocínio sobre a política educacional que se insere no contexto do Estado capitalista, o qual, no intuito de modernizar o país para inseri-lo no mercado mundial, mascara as reais intenções, privilegiando grupos de interesses, para garantir a acumulação do capital.

Retomamos a narrativa sobre a Escola de Governo do Paraná, conforme Pasqualin, Mesquita e Rocha (2010), que na perspectiva de constituir um espaço institucional ágil e moderno, com ações que resultassem na integração de interesses dos órgãos e unidades do Governo Estadual, para a formação e o desenvolvimento dos servidores públicos, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP<sup>3</sup> – criou um grupo de trabalho, para discutir e apresentar uma proposta de criação da Escola de Governo do Paraná. A Escola foi instituída por decreto governamental nº 3.764/2004, em 25 de outubro de 2004, sob a forma de um Sistema Integrado de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

Consideramos importante visualizar a organização dos níveis de deliberação e atuação atual da Escola de Governo do Paraná, conforme a figura a seguir, para compreendermos sua dimensão:

---

<sup>3</sup> É um órgão da administração direta do Poder Executivo paranaense. Sua função é servir de apoio logístico aos programas, ações e serviços prestados pelo Governo do Paraná.



**Figura 1 – Níveis de deliberação e atuação da Escola de Governo do Paraná**

Fonte: Assessoria de Comunicação da Gerência Executiva da Escola de Governo do Paraná

Cabe à Escola de Governo do Paraná, de acordo com o texto legal do Decreto nº 3.764, promover “a gestão do capital intelectual, atuando dentro das áreas do conhecimento, das habilidades e das competências”, obedecendo aos seguintes princípios: do saber (aprender continuamente), do saber-fazer (aplicar o conhecimento) e do saber-fazer-acontecer (foco em resultados). Como objetivos da Escola de Governo, orientando sua atuação no estado, o Decreto prevê:

- Manter constante interação com a sociedade de forma a adquirir dados para os planos de formação e desenvolvimento de recursos humanos;
- Avaliar as propostas recebidas dos órgãos públicos com fundamento nas políticas de desenvolvimento de recursos humanos definidas pelo governo do estado;
- Promover e ampliar a troca de experiências entre os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado com instituições nacionais e estrangeiras, que também possuam programas de formação e desenvolvimento de recursos humanos;

- d) Garantir a qualificação dos servidores para atender as necessidades das políticas de governo;
- e) Definir um modelo metodológico e operacional dos planos de formação e desenvolvimento;
- f) Constituir um espaço de discussão de ações governamentais que leve a uma maior qualidade dos serviços públicos;
- g) Possibilitar a readaptação funcional dos servidores públicos por meio do desenvolvimento de novas competências;
- h) Propiciar condições para a complementação do processo ensino-aprendizagem das instituições de ensino por intermédio da concessão de estágios para estudantes.

Na Figura 2, a seguir, apresentamos as ações implementadas pela Escola de Governo do Paraná de 2004 a 2010:

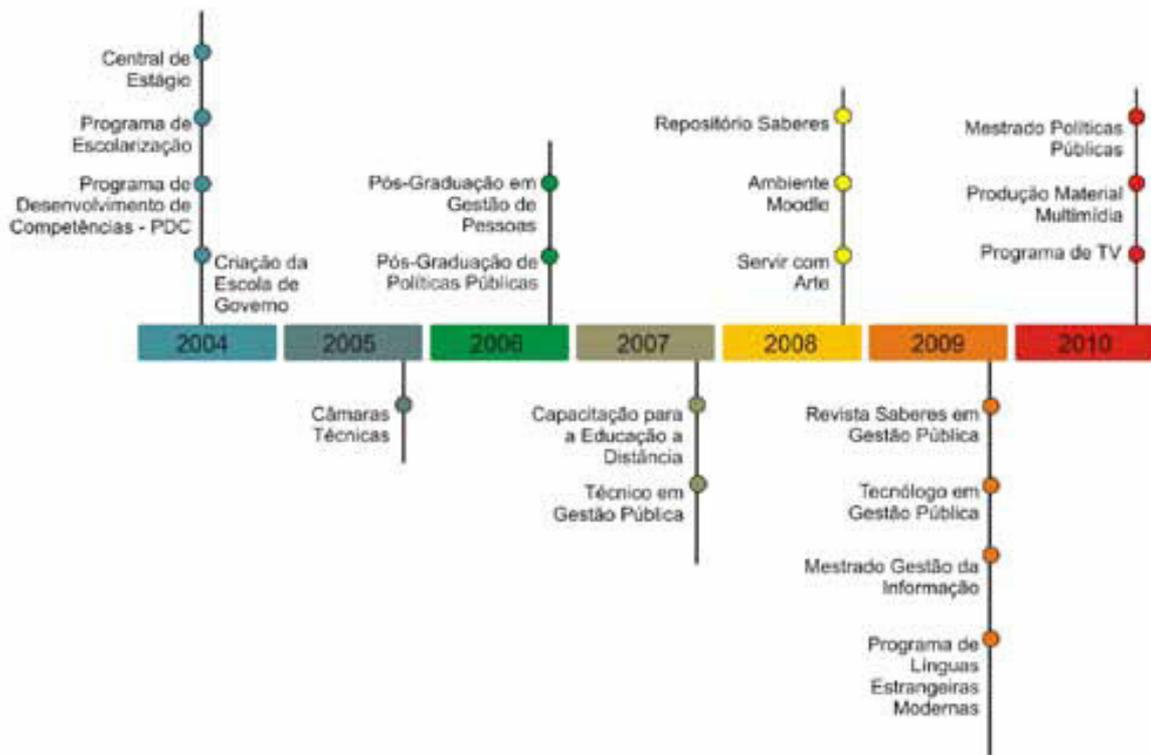


Figura 2 – Linha do tempo das ações implementadas pela Escola de Governo do Paraná

Fonte: Schober (2010)

De acordo com Schober (2010), essa rede de conhecimentos em políticas públicas, por ter sido coletivamente construída, revela que o processo de construção do conhecimento e a transposição dos resultados para a realidade são mais importantes que o conhecimento em si,

não apenas dos produtores desse conhecimento, mas de todos que atuam e são beneficiados pela gestão pública.

A Administração Pública, definitivamente, não se edifica sem o servidor, seja ele de qualquer função, pois, representa o Estado por meio de suas ações para com a sociedade. E a sociedade, concluímos, espera um atendimento com qualidade e modernização. Diante disso, Menegasso e Salm (2001, *apud* PEREIRA E MARQUES, 2004) destacam “que é preciso repensar os programas de treinamento para transformar o local de trabalho em um ambiente de aprendizagem, redefinindo papéis dos trabalhadores, de forma que eles se tornem parceiros na criação deste ambiente e de modo a incluir nesse espaço, o ser humano na sua totalidade. A educação continuada pode ser um dos meios para se processar essa transformação dentro da organização.”

Partindo desses conceitos, inferimos que os objetivos da Escola de Governo prevêm essa transformação do Estado e do servidor público. Cabe então ao servidor reivindicar esses direitos a favor da sua valorização e participar de capacitações que façam a diferença em sua vida profissional.

Desta forma, em 2009, algumas Secretarias do Estado do Paraná solicitaram, à Escola de Governo do Paraná, cursos de inglês e espanhol para seus servidores como forma de capacitação, justificando uma demanda com o propósito de atender as ações de governo que urgiam essa competência.

A seguir, descrevemos o Programa de Línguas Estrangeiras Modernas, instituído para atender uma solicitação de capacitação de servidores públicos estaduais na área de línguas estrangeiras, especificamente inglês e espanhol. Acompanhado pelo olhar da pesquisadora deste trabalho, que, enquanto professora de inglês e coordenadora do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas participou de todo o percurso de sua elaboração.

### 3.2 O PROGRAMA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS – PLEM

“Linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável”. É dessa forma que Mussalin e Bentes (2001) se referem ao fenômeno linguístico, e afirmam que essa relação é a base da constituição do ser humano. Podemos comprovar na história, como já apresentado na seção 2, que o interesse do indivíduo em se comunicar com outros países vem de longa data, na busca de realizar negócios, parcerias e acordos comerciais, ou simplesmente

participar da cultura globalizada, o que torna a habilidade de se comunicar em uma língua estrangeira, uma ferramenta essencial.

Gostaríamos de compartilhar a experiência que engloba o Programa de Línguas Estrangeiras durante os anos de 2009 e 2010, quando participamos ativamente de sua elaboração, desde a construção do projeto até a sua execução.

O projeto para empreender o Programa de Línguas Estrangeiras foi requisitado ao Centro de Formação e Desenvolvimento em Gestão Pública, vinculado à Gerência Executiva da Escola de Governo do Paraná, pela Diretoria de Recursos Humanos - DRH da SEAP, em janeiro de 2009, com vistas a atender demandas de algumas Secretarias do Estado. Para responder a essa atribuição, escrevemos o projeto com o objetivo de ofertar cursos de línguas estrangeiras, para desenvolver a compreensão escrita e oral, bem como a competência intercultural e comunicativa do servidor público estadual.

Algumas exigências foram pautadas por sugestão da coordenação de línguas e em concordância com o DRH: limite de vinte participantes por turma para contribuir com o sucesso dos cursos, o que dá ao professor a possibilidade de atender cada aluno com precisão e, assim, potencializar o aprendizado; período de quatro semestres, duas aulas semanais, presenciais, com duração de uma hora e cinquenta minutos cada, a serem realizadas em salas viabilizadas com a estrutura<sup>4</sup> necessária no próprio local de trabalho, para evitar o deslocamento do servidor, totalizando 256 horas de curso; material didático sugerido pelo professor, a ser adquirido pelo aluno, compreendendo uma abordagem comunicativa no intuito de focar as quatro habilidades: falar, entender, ler e escrever, complementado com seus três elementos: gramática, vocabulário e pronúncia; avaliação individual oral e escrita (quantidade a critério do professor), aproveitamento mínimo com média 7,0 (exigido pelo DRH) e frequência mínima de 75% (baseada na LDB) para aprovação semestral.

Até então a parte estrutural estava decidida. Faltava a parte física para ministrar a capacitação dos servidores. Pensamos em uma parceria que pudesse atender às demandas requisitadas, uma instituição com experiência de ensino, credibilidade e que não onerasse os cofres públicos. Pensamos, então, no próprio Estado como colaborador, e solicitamos a cooperação da Secretaria da Educação do Estado do Paraná – SEED, para autorizar professores do quadro próprio do magistério – QPM para assumirem as aulas dos cursos do Programa de Línguas. Como consta no endereço [www.educacao.pr.gov.br](http://www.educacao.pr.gov.br), a Secretaria de Estado da Educação tem por objetivo a definição e a execução da política governamental no

---

<sup>4</sup> Apontamos como estrutura, o equipamento básico e indispensável para executar uma aula: quadro (tradicional ou branco), giz ou pincel, aparelho de áudio e vídeo.

setor de educação básica e de educação profissional, visando a melhoria das condições de vida da população.

Conseguimos, a seguir, agendar uma reunião com a Superintendente da SEED naquela gestão em 2009, e tivemos a oportunidade de apresentar-lhe o projeto para a capacitação de línguas dos servidores. A ideia foi bem recebida, e fomos orientados a enviar um ofício (anexo A) para a então Secretária de Estado da Educação, por intermédio da Secretária de Estado da Administração e da Previdência, requisitando a parceria SEED – SEAP.

Enquanto resolvíamos a parte estrutural, a equipe de arte da Escola de Governo criou um logotipo para representar o Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (anexo B).

Após enviarmos o ofício, fomos convocados a participar de uma reunião na SEED, no final de setembro de 2009, a fim de definir as cláusulas de uma Resolução Conjunta entre SEED e SEAP, para, desta forma, darmos início ao PLEM. A partir da minuta dessa Resolução e autorização das duas Secretarias, em meados de outubro, as primeiras aulas de espanhol do Programa aconteceram em três Secretarias. Houve dificuldade em conseguirmos professores para assumir as turmas porque estávamos em um período que todos eles já estavam supridos com aulas em seu padrão de concurso (20 ou 40 horas). Mas, as duas professoras solicitadas puderam aceitar o convite para ministrar as aulas por meio de aulas extraordinárias, as quais estão previstas no Decreto nº 3480 de 2001.

Finalmente, depois de nove meses, três além do previsto, no aguardo de documentos a serem assinados e acerto dos horários das aulas, de acordo com a disponibilidade das professoras e dos servidores, o Programa de Línguas Estrangeiras Modernas foi inaugurado, não com todas as turmas solicitadas, mas consideramos uma vitória e iniciamos com quatro turmas de espanhol, a saber: uma turma na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB em 19/10/2009, cujas aulas aconteceram no laboratório do setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná. Outra turma de espanhol iniciou em 20/10/2009, na Secretaria de Estado da Saúde - SESA com aulas no local, situado no bairro Rebouças e, em 21/10/2009, duas turmas na Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS com aulas no Palácio das Araucárias, que solicitou o curso para os servidores jornalistas.

A Resolução Conjunta entre as duas Secretarias foi publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de janeiro de 2010, página 09 (anexo C). Consideramos uma grande conquista para esses servidores, que conquistaram o direito de uma capacitação continuada, por um período de dois anos. Levy (2001 apud PEREIRA E MARQUES, 2004), explica que a

capacitação tem um enorme papel a cumprir no sentido de reposicionar o setor público, sem falar na motivação que ela pode promover.

No final de dezembro de 2010, a Escola de Governo do Paraná recebeu mais alguns pedidos para abertura de cursos de línguas, e em vista disso, enviamos mais um ofício à Secretaria de Estado da Educação solicitando uma turma de língua inglesa para cada uma das seguintes Secretarias: SEAB, SESA e SEOP<sup>5</sup>. E para a Secretaria de Turismo – SETU, uma turma de espanhol. Após selecionarmos os professores cedidos pela SEED, as aulas iniciaram em 17/05/2010.

Ao final de 2010 as turmas de línguas estrangeiras estavam em andamento, quando houve troca de Governo de Estado. Uma nova equipe assumiu a Escola de Governo em janeiro de 2011 e, os profissionais de escola que estavam cedidos pela SEED, para trabalhar na Escola de Governo, foram convocados a retornar para suas escolas de lotação. Os cursos de línguas do PLEM foram paralisadas até que a nova gestão se inteirasse dos acontecimentos administrativos, e dessa forma, o retorno das aulas dos servidores aconteceu nos meses de março e abril de 2011, sem a Coordenadora do Programa.

Algumas turmas do PLEM já finalizaram a capacitação em língua estrangeira e outras ainda estão em andamento, atrasadas em seu término devido à troca de gestão. O Estado cria Leis e institui Decretos que asseguram o direito à capacitação dos servidores, porém, os caminhos que levam a conquistar esse direito são cheios de obstáculos criados pela burocracia, cujo modelo, conforme Bonezi e Pedraça (2008) é

[...] caracterizado por procedimentos racionais e inflexíveis baseados no cumprimento impessoal das normas, que ocorre por ele não conseguir mais dar conta das novas funções colocadas ao Estado, a partir de uma drástica transformação de contexto. A grande ênfase dada aos controles tornou a administração pública pesada e amarrada à formalidade técnica e processual. A estrutura hierárquica, rígida, não favorece a criatividade nem o compromisso com os resultados da prestação de serviços aos cidadãos.

A seguir, descrevemos a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento dentro do seu contexto administrativo, e a sua participação no cenário de capacitação em

---

<sup>5</sup> Secretaria de Estado de Obras Públicas

línguas estrangeiras modernas. Apresentamos o resultado desta pesquisa, por meio dos dados coletados dos servidores participantes dos cursos de inglês e espanhol.

## 4. DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Nesta seção, apresentamos a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e sua atuação no estado do Paraná. Como estudo de caso, descrevemos a formalização do processo de inclusão de seus servidores na capacitação em língua inglesa e espanhola. Finalizamos com a apresentação dos resultados obtidos pelos servidores por intermédio dessa capacitação.

### 4.1 A METODOLOGIA

Como em qualquer forma de investigação, a primeira etapa para a presente pesquisa foi a delimitação do problema. Era preocupação da pesquisadora, como coordenadora do Programa de Línguas Estrangeiras do estado do Paraná, em uma experiência piloto, descobrir o resultado de uma capacitação que poderia transformar a vida profissional dos servidores públicos.

Optamos, nesta pesquisa, pela metodologia qualitativa, a qual, conforme Silva e Menezes (2001, *apud* PEREIRA e MARQUES, 2004), do ponto de vista da abordagem do problema, considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, sendo que seu processo e seu significado são os focos principais.

O estudo de caso, uma das possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa, é a análise profunda de uma unidade de estudo, e de acordo com Godoy (1995, *apud* NEVES, 2006), visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular. Esse tipo de estudo tem se tornado a modalidade preferida dos que se dedicam a analisar eventos, sobre os quais a possibilidade de controle é reduzida, ou quando os fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico.

Com base nas palavras de Bogdan e Biklen (1994, *apud* JUNIOR, 2008), a investigação qualitativa se expande na ideia de que o cotidiano é um mundo social habitado por seres humanos, objetivando auxiliar os pesquisadores a tomar consciência das realidades sociais. Esta pesquisa é qualitativa porque é coerente com o objeto de interesse do estudo, destacando a especificidade das situações vivenciadas pelos servidores públicos da SEAB em Curitiba.

O universo que possibilitou a escolha amostral foi constituído por servidores públicos estaduais da SEAB, unidade Curitiba, tendo como referência a data de 1º de setembro de 2012 para recolher as amostras. Para a análise dos dados, dividimos os grupos por capacitação de idiomas: o primeiro, língua espanhola com 16 participantes, cujo curso iniciou em 17/12/2009 e finalizou em 06/11/2011, sem desistências, dos quais cinco preencheram a pesquisa solicitada. O segundo grupo, língua inglesa, composto por 11 servidores, dos quais cinco servidores participaram da pesquisa, iniciou em 17/05/2010, com uma desistência até o momento, com previsão de término em 2014.

A coleta de dados foi realizada com a utilização do questionário, com perguntas abertas, considerando-se o fato do pesquisador não estar familiarizado com a população entrevistada, e por isso, não poder antecipar possíveis respostas, e também fechadas quando o tema abordado se referiu à função e ao objetivo em participar do curso. A valorização e a necessidade de participação dos servidores foram esclarecidas por meio de uma mensagem por e-mail à Gerente de Recursos Humanos da SEAB, que a repassou aos sujeitos da pesquisa, já que alguns estão sempre viajando a trabalho.

Os questionários preenchidos pelos servidores (apêndice A) buscaram investigar a função desempenhada na Secretaria, nível de conhecimento na língua antes da capacitação, o objetivo em participar do curso, de que forma passou a usar o conhecimento oferecido pelo PLEM e a opinião de cada um sobre aumentar a oferta de capacitação em línguas estrangeiras para os servidores públicos do Paraná.

#### 4.2 ESTUDO DE CASO: A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB

Segundo consta no seu site oficial <<http://www.agricultura.pr.gov.br>>, pesquisado em 08/08/2010, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento é um órgão da administração direta do Estado do Paraná, responsável pela execução das políticas públicas voltadas ao setor agropecuário, pesqueiro e do abastecimento. Seu compromisso é desenvolver pesquisas e avaliações da produção e do mercado agropecuário, atuar na fiscalização da produção agrícola e vegetal para preservar a qualidade sanitária dos produtos e a sustentabilidade ambiental do processo de produção, coordenar e executar programas de

melhoria da qualidade de vida das populações rurais e do manejo adequado dos recursos naturais.

A Secretaria possui, em sua estrutura, 20 núcleos regionais e 120 unidades veterinárias. Compreende, também, seis empresas vinculadas: o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, o Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR, a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, a Empresa Paranaense de Classificação de Produtos – CLASPAR, as Centrais de Abastecimento do Paraná – CEASA, o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR. Por meio dessas empresas, a SEAB presta assistência técnica e extensão rural, desenvolve pesquisas agropecuárias voltadas à melhoria da produtividade, atua no fomento da produção agropecuária e na classificação de produtos, executa as políticas de abastecimento e promove pesquisa e capacitação voltadas ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis.

No início do ano de 2009, a Gerente de Recursos Humanos da SEAB, preocupada com a formação técnica de seus servidores, que, por atenderem as ações de parcerias e acordos do governo do estado do Paraná com outros países, necessitavam se comunicar por meio dos idiomas de inglês e espanhol, requisitou à Escola de Governo do Paraná uma capacitação que atendesse essa competência.

Em documento enviado à Gerência da Escola de Governo do Paraná para requisitar os cursos, algumas justificativas foram dadas no intuito de respaldar o pedido para a capacitação, entre elas, uma oferta maior de artigos, livros, publicações e sites na área de trabalho da Secretaria. Mas, o motivo principal foi o Programa de Cooperação Descentralizada da Comissão Européia de Intercâmbio entre cidades da União Européia e da América Latina - URB-AL, com o qual a SEAB estava fazendo parceria em 2009.

Conforme as informações do site <<http://www.ansulpar.com.br>>, consultado em 10/08/2012, a SEAB desenvolveu um projeto em cooperação com a União Européia que envolveu a região da Emília-Romanha, na Itália, e o estado do Paraná, visando desenvolver as competências de programação e gestão de atividades de bem estar social, bem como o fortalecimento institucional do território, com políticas integradas, participação ativa da sociedade civil e desenvolvimento econômico local, além do desenvolvimento da qualidade de vida, junto ao resgate da cidadania das famílias de agricultores.

Após a inclusão dos servidores nos dois cursos, o Departamento de Recursos Humanos da SEAB optou por um termo de compromisso a ser assinado por todos os participantes das capacitações, os quais assumiram o compromisso de frequentar as aulas e

permanecer nos cursos até o término do mesmo, sob as sanções previstas no Decreto 444/95, cuja súmula prevê a

[...] autorização para afastamento de servidor civil, sob qualquer regime jurídico de trabalho, da Administração Direta e Autárquica, para participar de cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento ou atualização, bem como qualquer seminário, programa, congresso, palestra, elaboração de tese ou dissertação, estágio técnico supervisionado ou outra atividade de estudo, no País ou no Exterior. (disponível em <http://www.portaldoservidor.com.br>)

Conforme nossas informações, acompanhadas durante as atividades desempenhadas na Escola de Governo, o curso de espanhol iniciou com 16 participantes em 17/12/2009 e terminou em 06/11/2011, sem desistências. O curso de inglês iniciou em 17/05/2010 com 11 servidores, paralisou em dezembro de 2010 conforme calendário anual da SEED, e, com a troca de governo e recomposição da gestão administrativa, retornou em abril de 2012, com apenas uma desistência, e está em andamento com vistas a finalizar em 2014.

Com a proposta de investigar essa capacitação e, em acordo com a chefia de recursos humanos da SEAB, pedimos que os servidores participantes dos cursos de inglês e espanhol preenchessem um questionário por livre arbítrio. Tivemos a adesão de cinco servidores do curso de inglês e cinco do curso de espanhol, e a partir das informações, fizemos a análise dos dados.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao analisar os dados do grupo de espanhol, em um universo de cinco servidores, temos que três são do sexo masculino, um do sexo feminino e o outro não se identificou. Quanto à função, os representantes do sexo masculino são agentes profissionais - engenheiros agrônomos, a do sexo feminino declarou ser agente profissional, mas não definiu a graduação, e o não identificado também não respondeu sua função. Esclarecemos que a função de agente profissional exige nível de graduação para ser admitido.

Na questão sobre ter estudado espanhol antes da capacitação, os cinco servidores responderam negativamente. Quanto ao objetivo em participar do curso, oferecemos três respostas fechadas e uma aberta. Para as perguntas fechadas tivemos o seguinte resultado para os cinco servidores:

**TABELA 1 – Respostas dos servidores do curso de espanhol às perguntas fechadas**

Ampliar meu conhecimento pessoal	Melhorar a qualidade técnica do trabalho	Elevar o salário
04	05	01

A partir dos dados da Tabela 1, temos que em um universo de cinco servidores, todos participaram da capacitação com o objetivo de ampliar seus conhecimentos pessoais; quatro servidores objetivaram também melhorar a técnica do trabalho e apenas um dos cinco participantes optou, além das duas alternativas, em elevar o salário. Apenas um servidor respondeu a questão aberta, que solicitava um quarto objetivo, e acrescentou: “a ampliação de trabalho no mercado externo exige cada vez mais de cada um de nós, o aperfeiçoamento e o conhecimento contínuo, seja em línguas, mercados, políticas, preços, etc.” Podemos concluir, a partir dos resultados dessa questão, que a preocupação maior e unânime do grupo pesquisado era melhorar a técnica do trabalho, o que mostra preocupação com sua carreira profissional.

Em outra questão aberta<sup>6</sup>, investigamos se após o término do curso, o servidor passou a usar no trabalho o conhecimento adquirido no curso e de que forma. Os cinco sujeitos da pesquisa sobre a capacitação em espanhol responderam afirmativamente e todos descreveram de que forma, conforme transcrevemos a seguir:

Sujeito 1: “Leitura de material técnico”;

Sujeito 2: “Normalmente/rotineiramente recebemos e atendemos delegações de produtores dos países do MERCOSUL, China, Europa, USA, etc., momento em que é necessário o conhecimento e o domínio de no mínimo uma língua estrangeira. O curso de língua espanhola ofertada pela Escola de Governo ,e que tive a oportunidade de realizar, está sendo de fundamental importância para um atendimento mais personalizado e adequado nesse tipo de trabalho. O relacionamento com as delegações estrangeiras ficou mais fácil, pois facilitou o atendimento e o encaminhamento das questões que são colocadas nessas reuniões de trabalho. Nas viagens de trabalho que realizamos nesses últimos dois anos, principalmente para os países do MERCOSUL e Europa, o conhecimento da língua espanhola foi determinante, não só para mim, mas para ajudar o grupo de trabalho/pessoas com quem estávamos viajando (nas reuniões, no processo de mobilidade, do atendimento técnico das propostas apresentadas pelos parceiros externos, etc.). Por fim, nos últimos três anos recebemos pelo menos três delegações de técnicos e empresários europeus, paraguaios, espanhóis, argentinos e chilenos aqui na SEAB, bem como tivemos a oportunidade de fazer duas viagens a trabalho à Europa, onde utilizamos 100% os conhecimentos da língua espanhola, em especial os recebidos no curso de espanhol da Escola de Governo/PR.”

Sujeito 3: “Leitura e tradução de artigos, relatórios da OIT – análise do mercado de trabalho”.

Sujeito 4: “ Leitura de material técnico”.

Sujeito 5: “Apresentei um trabalho técnico sobre a universidade do campo no México, em espanhol”.

A partir dessas transcrições, consideramos que a capacitação em língua espanhola surtiu, de alguma forma, um efeito positivo no campo profissional de todos os sujeitos da pesquisa, apesar de nenhum possuir experiência anterior na língua.

---

<sup>6</sup> As transcrições das questões abertas estão em ordem alfabética por nome do servidor identificado como “sujeito”, ficando por último as respostas do servidor que não se identificou. No apêndice, os documentos estão na mesma ordem.

Em um último questionamento, indagamos a opinião sobre a importância ou não de expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná e por quê. Todos os cinco sujeitos da pesquisa responderam afirmativamente e escreveram suas opiniões, conforme transcrevemos:

Sujeito 1: “Sim, porque o conhecimento em línguas estrangeiras qualifica/profissionaliza as ações do Estado, tanto no acesso a materiais técnicos quanto no contato pessoal/eletrônico.”

Sujeito 2: “Sim, porque é uma ferramenta muito útil e que te auxilia diretamente nas suas relações de trabalho. O domínio de no mínimo mais uma língua estrangeira é muito importante para o perfeito desempenho das funções no trabalho, em especial no Setor Público, que exige seguidamente a realização de contatos e de trabalhos com os parceiros do bloco MERCOSUL, Europa e USA. Investir em conhecimento é reduzir custos, melhorar produtividade e qualidade dos serviços prestados e recebidos. O Estado deve investir em capacitação dos seus servidores, assim como a iniciativa privada faz com seus quadros de pessoal”.

Sujeito 3: “Sim, para ter acesso a literatura internacional relacionadas à minha área de trabalho.”

Sujeito 4: “Sim, porque o conhecimento em línguas estrangeiras qualifica/profissionaliza as ações do Estado, tanto no acesso a materiais técnicos quanto no contato pessoal/eletrônico.

Sujeito 5: “Sim, para que os servidores estejam melhor preparados para o desempenho das atividades profissionais”.

A partir dos dados obtidos pelo questionário preenchido pelos servidores que participaram da capacitação em língua espanhola, podemos concluir que o resultado, nesse grupo pesquisado, foi plenamente satisfatório.

A seguir, a análise dos dados do grupo de inglês, no qual, em um universo de cinco servidores, quatro são do sexo feminino e um do sexo masculino. Quanto à função, duas servidoras são médicas veterinárias, uma é gerente de recursos humanos e a outra não identificou sua função. O representante do sexo masculino declarou ser agente profissional.

Na questão sobre ter estudado inglês antes da capacitação, os cinco servidores responderam positivamente à pergunta fechada, e, às perguntas abertas, acrescentaram o local e o tempo do curso que fizeram, a saber: Inter-Americano por dois anos, particular por seis

meses, Cultura Inglesa por dois anos, Escola Wizard por um ano e um ou dois meses na SEAB. Quanto ao objetivo em participar do curso, oferecemos três respostas fechadas e uma aberta. Para as perguntas fechadas tivemos o seguinte resultado para os cinco servidores:

**TABELA 2– Respostas dos servidores do curso de inglês às perguntas fechadas**

Ampliar meu conhecimento pessoal	Melhorar a qualidade técnica do trabalho	Elevar o salário
03	05	00

A partir dos dados da Tabela 2, temos que em um universo de cinco servidores, todos participaram da capacitação com o objetivo de melhorar a qualidade técnica do trabalho, três pretendiam ampliar seu conhecimento pessoal, nenhum assinalou o objetivo de elevar o salário e nenhum respondeu à pergunta aberta sobre outro objetivo. Deduzimos, a partir dos dados da Tabela 2 que melhorar a qualidade técnica para o grupo de inglês é primordial.

Em outra questão aberta<sup>7</sup>, investigamos se o servidor já passou a usar no trabalho o conhecimento adquirido e de que forma, mesmo com o curso ainda em andamento. Os cinco sujeitos da pesquisa responderam positivamente e todos descreveram de que forma, conforme transcrevemos a seguir:

Sujeito 1: “(Em parte) em linguagem de programação.”

Sujeito 2: “Usando a literatura em inglês nos assuntos relativos a trabalhos científicos na área de GRHS.”

Sujeito 3: “Para leitura de textos técnicos.”

Sujeito 4: “Lendo literatura em inglês relativos a trabalhos científicos.”

Sujeito 5: “Leitura de artigos científicos. Contatos por escrito com autores de artigos.”

A partir das respostas dessa pergunta aberta, depreendemos que o grupo está satisfeito com os resultados e já utilizando seus conhecimentos para se atualizarem no campo profissional, embora ainda não tenham terminado o curso. Porém, a informação de que todos já tiveram contato com a língua inglesa demonstra ter cooperado com o aprendizado.

<sup>7</sup> As transcrições das questões abertas estão em ordem alfabética por nome do servidor identificado como “sujeito”. No apêndice, os documentos estão na mesma ordem, logo após os de espanhol.

No último questionamento, perguntamos a opinião sobre a importância ou não de expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná e por quê. Todos os cinco sujeitos da pesquisa responderam afirmativamente e escreveram suas opiniões, conforme transcrevemos:

Sujeito 1: “Sim, capacita os servidores para realizar várias atividades relacionadas a intercâmbio com outros países.”

Sujeito 2: “Sim, porque o profissional usa o inglês desde o momento em que abre seu computador, atualiza-se com as publicações técnicas, atende missões e traduz trabalhos para publicação.”

Sujeito 3: “Sim, para possibilitar o aprendizado às pessoas que não tiveram oportunidade de estudar anteriormente, ou aprimorar o conhecimento já adquirido.

Sujeito 4: “Sim, porque estimula e motiva os profissionais a ampliarem sua área de conhecimento.”

Podemos inferir, com base nas respostas desse último questionamento, que os participantes da pesquisa são a favor de expandir o ensino de línguas estrangeiras na capacitação continuada dos servidores do Estado, pois acreditam que todos serão beneficiados: Estado e servidores públicos.

Concluimos, então, após análise de todos os dados levantados, que os dois grupos incluídos no Programa de Línguas Estrangeiras Modernas estão em consonância de opiniões, por considerar esta capacitação um meio construtivo para evoluir em suas funções, pois ambos já estão utilizando o conhecimento da língua, e assim, contribuir com o crescimento do Estado do Paraná.

## CONCLUSÃO

Em um mundo de complexidade evidente que não para de evoluir e aproximar continentes, consideramos a comunicação um mecanismo indispensável na troca de experiências e aproximação de culturas. O presente trabalho teve como centralidade a capacitação do servidor público estadual do Paraná em línguas estrangeiras modernas, como forma de inserir esse servidor no mundo do trabalho globalizado e ampliar as possibilidades do Estado, para atender ações de Governo que necessitam dessa competência.

O objetivo desta pesquisa foi buscar os primeiros resultados de uma capacitação em língua inglesa e outra em língua espanhola, inseridas no Programa de Línguas Estrangeiras Modernas, implantado por meio da Escola de Governo do Paraná, para atender servidores públicos de várias Secretarias de Estado, entre as quais, coletamos os dados dos servidores da SEAB para análise e verificação de resultados.

A literatura utilizada durante o trabalho retrata a importância das capacitações para os servidores que fazem parte de uma política, onde eles também detêm o processo decisório e estão amparados por Leis e Decretos. Cabe pontuar que o estudo descreveu o ensino de línguas estrangeiras na história e como está inserido no contexto das escolas no presente. A Escola de Governo do Paraná foi apresentada e descrita de acordo com sua importância e responsabilidade, como instrumento de convergência das ações das unidades responsáveis pela formação e pelo desenvolvimento de servidores públicos, pertencentes à Administração Pública do Estado do Paraná.

Procuramos contextualizar a importância da capacitação como recurso estratégico para a modernização da administração pública paranaense e a conseqüente requalificação e valorização de seus servidores públicos.

Apresentamos a Escola de Governo e seu compromisso com a qualificação do servidor por meio de capacitações, adequadas à atividade do servidor.

Para investigar os resultados obtidos pelos servidores durante a capacitação em língua inglesa e espanhola, no estudo de caso da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, optamos pela metodologia qualitativa.

Entendemos que a narrativa sobre a criação do PLEM foi necessária no sentido de demonstrar que o servidor público possui o direito de se capacitar para uma melhor adequação e valorização profissional, porém, a morosidade burocrática é um obstáculo inerente a

qualquer Governo, mas não o suficiente quando os trabalhadores se unem para serem reconhecidos.

Talvez uma outra reforma administrativa seja necessária, para rever as Leis, Decretos e encaminhamentos sobre a capacitação do servidor público. A elaboração de novas políticas públicas na área da educação continuada está demandando urgência, visto o ritmo acelerado do aumento das profissões em razão da globalização. É imperativo a ampliação da Escola de Governo para abranger servidores de todas as partes do estado, acelerando assim, o crescimento do Paraná.

Observamos que os resultados, obtidos pela análise de dados coletados por questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, foram positivos, na medida em que os servidores, em sua unanimidade, dentro dos grupos pesquisados, já estão utilizando os conhecimentos adquiridos e os aplicando em suas esferas profissionais.

Julgamos o objetivo desta pesquisa alcançado, mas não intencionamos, de forma alguma, extinguir o assunto, pois é apenas o início de uma caminhada. Como já discutimos, o mundo globalizado interfere cada vez mais no processo de civilização, e, na busca de um Estado moderno. Saber se comunicar em outras línguas é um direito de todos os seres humanos, e assim, concordamos com o seguinte pensamento:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da pessoa humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações, grupos raciais e religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

**Artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU 10 de dezembro de 1948.**

Desta forma, recuperamos as principais questões discutidas ao longo do tema, frente à necessidade de ampliar a construção de uma política de educação continuada para os servidores públicos estaduais do Paraná, com vistas a aumentar a oferta de capacitação em línguas estrangeiras, não só em inglês e espanhol, mas em outros idiomas necessários. Não só para os grandes centros, mas contemplar também os servidores do interior do Estado, buscando dar visibilidade para um Programa que pode ser essencial para desvelar carências e estabelecer prioridades na agenda das políticas públicas do estado do Paraná.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. **Norma Brasileira NBR 14724: Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação**. 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

BONEZZI, C. A.; PEDRAÇA, L. L. de O. **A NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: reflexão sobre o papel do Servidor Público do Estado do Paraná**. 2008. 42 p. Monografia (Pós-Graduação em Formulação e Gestão de Políticas Públicas) – U. E. L. – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. O Conselho de Reforma do Estado. **Cadernos MARE**, Brasília: MARE, caderno 8, 1997

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. Os avanços da reforma na administração pública: 1995-1998. **Cadernos MARE**, Brasília: MARE, caderno 15, 1998

Brasília. **Estado, instituições e democracia : república** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010. V. 1; Livro 9

CORONIL, F. **Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo**. In.: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. pp. 227-278.

**Educação: Um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para Educação para o Século XXI. Brasília, Junho, 2010.

Brasília. **Estado, instituições e democracia : república** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010. V. 1; Livro 9

FERRAREZI, E.; TOMACHESKI, J.A. **Mapeamento da Oferta de Capacitação nas Escolas de Governo no Brasil: gestão da informação para fortalecimento da gestão pública**. Revista do Serviço Público Brasília 61 (3): 287-303 Jul/Set 2010

FERREIRA, N.S.C. **Formação Continuada e Gestão da Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1982

**História Administrativa do Paraná (1948 - 1998):** criação, competências e alterações das Unidades Administrativas do Estado – Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

JUNIOR, H. B. **Implementação do Banco de Dados do Serviço Consulte Especialistas de Agricultura Orgânica da Universidade do Campo.** Curitiba, 2008.

LEFFA, V. J. **O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional.** Contexturas, APLIESP, n.4, p. 13-24, 1999.

LIMA, M.J.C. **Neoliberalismo e Educação.** STUDIA DIVERSA, CCAE-UFPB, Vol. 1, No. 1 - Outubro 2007.

MACHADO, E. M. **Política Social e Desigualdade Social.** VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16, 17 e 18 de 2004.

MESQUITA, L. M. da S.; PASQUALIN, M. A. J.; ROCHA, N. P. **Escola de Governo do Paraná – Sistema Integrado de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos.** In: Brotti e Souza (orgs.). Escola de Governo do Paraná: Trajetória e Práticas Inovadoras. 22ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2010. p. 3-21.

MORAES, F.S. **Ensinos de Língua Espanhola: desafios à atuação docente.** 2010.

MULLER, C. C.; MACHADO, H. **Redes de Capacitação: A experiência da Escola de Governo e das Universidades Públicas do Estado do Paraná,** 2010.

MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. (orgs.). **Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras,** v.1, 2ª Ed., São Paulo: Cortez, 2001.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEVES, J.L. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, nº 3, 2º sem./1996.

PEREIRA, M. F. ; MARQUES, S. M. . **A importância da qualificação e capacitação continuada dos funcionários: o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora.** In: XXVIII ENANPAD, 2004, Curitiba.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In.: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. pp.227-278.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. **Um Toque de Clássicos: Durkheim Marx e Weber.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

RODRIGUES, M. M. **Educação ao longo da vida: a eterna obsolescência humana.** Florianópolis, 2008.

SANTOS, J.R. **Neoliberalismo e Educação: Interferências das Reformas Educacionais nas Classes Multisseriadas.** V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA, 11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC – Brasil.

SOARES, R.D. **A pedagogia de Gramsci e o Brasil,** 2004.

STETSENKO, A. **Educação como um projeto de expansão de transformação histórica: uma posição ativista transformadora para o aprendizado e o desenvolvimento.** Palestra proferida na UTFPR no evento “Ensino, aprendizagem e desenvolvimento: uma perspectiva pós-Vygotskiana – uma postura ativista transformadora. Curitiba – PR, em 26 de maio de 2010.

SOUZA, R.M. ; ARANTES, V. . **Educação Formal e Continuada como estratégia de desenvolvimento de pessoas na Escola de Governo do Paraná.** In: Souza, R. M.;

SCHOBBER, S. M. F. **Escola de Governo e Rede de Conhecimento.** In: Brotti e Souza (orgs.). Escola de Governo do Paraná: Trajetória e Práticas Inovadoras. 22<sup>a</sup> Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2010. p. 22-25.

**ANEXOS**

ANEXO A – Ofício enviado à secretária de Estado de Administração e da Previdência do Estado do Paraná.

Protocolo 10.029.260-2



**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**ESCOLA DE GOVERNO DO PARANÁ**



Ofício nº 0689/GS
Curitiba, 07 de julho de 2009.

**Assunto:** Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM)

Senhora Secretária:

O Programa de Línguas Estrangeiras Modernas, solicitado pelo Governo do Estado do Paraná, visa capacitar os servidores públicos estaduais efetivos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Paraná para que atendam as ações de Governo que necessitem desta competência nos órgãos em que trabalham.

A Gerência Executiva da Escola de Governo do Paraná pretende oferecer os cursos de Línguas Estrangeiras Modernas, primeiramente nas modalidades de Espanhol e Inglês. Para tanto, conta-se com a parceria da Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED, através de um Termo de Cooperação Técnica, com vistas a liberar professores nomeados no Quadro Próprio do Magistério.

Para iniciar o programa, temos as seguintes demandas: 02 turmas de Espanhol para a Secretaria de Estado da Comunicação Social (18 alunos em cada); 01 turma de Espanhol e 01 turma de Inglês (número a confirmar) para a Secretaria de Estado da Saúde; 01 turma de Espanhol (11 alunos) e 01 turma de

Secretaria de Estado de Administração e da Previdência  
Palácio das Freixouras - Rua José Loureiro de Campos, 547 - CEP 80020-140  
Curitiba - Paraná - Brasil - Fone: (41) 3333-3333 - Fax: (41) 3333-3333



**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E  
DA PREVIDÊNCIA  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
ESCOLA DE GOVERNO DO PARANÁ**



Inglês (09 alunos) para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.  
O local para as aulas será cedido pelo próprio órgão.

Além dessas turmas, necessitamos de mais 02 de Língua Espanhola e  
02 de Língua Inglesa como reserva para outras Secretarias e órgãos estaduais.  
Totalizando, são 06 turmas de Língua Espanhola (28 horas/aula) e 04 turmas de  
Língua Inglesa (12 horas/aula).

Informamos que de acordo com o projeto (em anexo), o número  
máximo de participantes é de 20 por turma e o cronograma prevê o início dos  
cursos para 24 de julho de 2009, conforme calendário escolar da SEED.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

**Maria Marta Renner Weber Lunardon,**  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência,  
Presidente do Conselho Superior da Escola de Governo do Paraná.

À  
Bustíssima Senhora  
Yvelise Freitas de Souza Aroq-Verde  
Secretária de Estado da Educação - SEED  
Nesta Capital

ANEXO B - Logotipo do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas da Escola de Governo do Paraná



ANEXO C - Resolução Conjunta SEED – SEAP n° 12/2009, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 07/01/2010, página 09.



PORTARIA Nº 432/2009-GRE, 17 DE DEZEMBRO DE 2009. I levar o Regime de Trabalho, de 1-24 para 1-48, do Professor Temporário P1/DRO...

PORTARIA Nº 433/2009-GRE, 17 DE DEZEMBRO DE 2009. I levar o Regime de Trabalho, de 1-12 para 1-34, do Professor Temporário...

PORTARIA Nº 434/2009-GRE, 17 DE DEZEMBRO DE 2009. I levar o Regime de Trabalho, de 1-24 para 1-48, do Professor Temporário...

PORTARIA Nº 435/2009-GRE, 17 DE DEZEMBRO DE 2009. I conceder Aposentadoria de Idade ao Professor PÁLIO SERGIO WOLFF...

GABINETE DA REITORIA PORTARIA Nº 441/2009-GRE

DATA: 22 de dezembro de 2009. SUMULA: Autoriza o subscritor do Procedimento Administrativo instaurado pela Portaria nº 393/2009-GRE...

O Rector da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNHOESTE, no uso das atribuições, estatutárias e regulamentares...

RESOLVE: Art. 1º Autoriza o subscritor - durante o período de 18 de dezembro de 2009 a 31 de fevereiro de 2010, em razão do período de férias...

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNHOESTE - CASCAVEL - PARANÁ

Termos de Convênio para Estágios Supervisionados. Partes: Universidade Campo Toledo a Centro de Realização do 3º Idade de Fomeas Dall'Aglio - Cati Campus...

Partes: Universidade Campo Toledo a Comissão Intermunicipal de Saúde do Oeste do PR - CISO-OP. Objeto: Estágios Supervisionados...

Partes: Universidade Campo Toledo a Prefeitura Municipal de Marçal Cândido Rodas. Objeto: Estágios Supervisionados...

Partes: Universidade Campo Toledo a Programa Voluntariado Casuariente-Próprio. Objeto: Estágios Supervisionados...

Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão PORTARIA Nº 001/2010-D

O Diretor da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FESCLCAM, no uso de suas atribuições legais e conforme o Protocolo nº 37088/09...

RESOLVE: Art. 1º Fica concedida a promoção de classe do Professor Marem Clair Bore, tendo em consideração o Curso de Geografia da FESCLCAM...

realizada pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, promovido de professor ven. classe II, nível B, a professor adjunto, classe III, nível A...

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana Portaria nº 005/2010

Nome: Rescindir Contrato de Professor Colaborador O Prof. Vanderley Cezario, Diretor da FECTA...

RESOLVE: Art. 1º Rescindir o Contrato de Trabalho da Professora Colaboradora Danielle Cristina Serpe Garcia Beje...

Universidade Estadual de Ponta Grossa EDITAL PRORH Nº 001/2010

A Pro-Reitor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, cancela todo o Concurso Público para provimento de cargo docente...

- 1. A convocação dos candidatos aprovados, conforme anexo I deste edital. 2. Os candidatos terão que comparecer no período de 11 de janeiro a 15 de janeiro de 2010...

ANEXO I DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PRORH Nº 001/2010

LUCIANA DOBOSCHENKO MARTINS O candidato acima deverá realizar os seguintes exames laboratoriais e análises:

- 1. Hemograma completo com contagem de plaquetas e VFR/L. 2. Perfil lipídico de jejum. 3. Urina. 4. Exames de sangue. 5. Exames clínicos a serem realizados por médicos...

Educação RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 12/09-SEED-SEAP

A Secretária de Estado da Educação - SEED, e a Secretária de Estado de Administração e da Previdência - SEAP, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 99, inciso I, da Constituição do Estado do Paraná...

e 30 de Lei Estadual nº 8.485/87, e considerando a necessidade da oferta de Curso de Língua Estrangeira Moderna para Servidores Estaduais, em conjunto

RESOLVE: Artigo 1º - Instituir, no âmbito de Poder Executivo, o Programa de Língua Estrangeira Moderna a ser oferecido aos servidores...

Artigo 2º - A SEED terá as seguintes atribuições: I - designar professores de seu Quadro Próprio do Magistério...

Artigo 3º - A SEAP terá as seguintes atribuições: I - recomendar, avaliar e supervisionar direta ou indiretamente as ações programáticas para a execução dos cursos de Língua Estrangeira Moderna...

Artigo 4º - A presente Resolução não prevê a transferência de recursos entre os Órgãos, limitando-se ao pagamento da remuneração dos servidores...

Artigo 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Verete Freitas de Sousa Ara-Vicente Secretária de Estado da Educação

Maria Maria Renner Weber Lunardon Secretária de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO 1 - RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 12/09-SEED/SEAP DISCRIMINAÇÃO DO PROGRAMA

Table with 2 columns: 2.1 Título do Programa and 2.2 Período de Execução. Rows include Estrangeira Moderna, 2.3 Objeto do Programa, 2.4 Metas e meios atingidos, 2.5 Público Alvo, 2.6 Número de Turmas, 2.7 Número de Vagas, 2.8 Carga Horária Total do Programa.

Table with 2 columns: 2.1 Título do Programa and 2.2 Período de Execução. Rows include Estrangeira Moderna, 2.3 Objeto do Programa, 2.4 Metas e meios atingidos, 2.5 Público Alvo, 2.6 Número de Turmas, 2.7 Número de Vagas, 2.8 Carga Horária Total do Programa.

ANEXO 2 - RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 12/09-SEED/SEAP CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Table with 3 columns: Etapa/Fase, Especificação, Período de Execução. Rows include 1. Elaboração do projeto, 2. Realização para aprovação, 3. Seleção de professores, 4. Início de turmas, 5. Início das aulas, 6. Encerramento dos cursos.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – Questionários preenchidos pelos servidores da SEAB participantes dos cursos de capacitação em Espanhol e Inglês, respectivamente.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa preenchida por servidores públicos estaduais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, participantes do curso de Espanhol do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM), realizado de 2009 a 2011, oferecido como capacitação continuada pela Escola de Governo do Paraná.

1) Servidor(a) (opcional): \_\_ Claudete  
Reus \_\_\_\_\_

2) Função: \_\_\_\_\_ Agente  
Profissional \_\_\_\_\_

3) Você já havia estudado espanhol antes deste curso?

( ) SIM            Onde? \_\_\_\_\_

                         Quanto tempo? \_\_\_\_\_

(x) NÃO

4) Qual o seu objetivo ao participar deste curso de espanhol?

( ) Ampliar meu conhecimento pessoal

( x ) Melhorar a qualidade técnica do trabalho

( ) elevar o salário

( ) outro \_\_\_\_\_

5) Após o término do curso, você passou a usar esse conhecimento no trabalho?

(x ) SIM    Como? \_\_\_\_\_ Leituras e tradução de artigos, relatórios da OIT. Análise do mercado de trabalho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

NÃO

6) Você acha importante expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná?

SIM      Porquê? Para ter acesso a literatura internacional relacionadas a minha área de trabalho.

---

NÃO

Obrigada!

*Claudete*  
CLAUDETE REUS  
RG- 1904745-8

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa preenchida por servidores públicos estaduais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, participantes do curso de Espanhol do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM), realizado de 2009 a 2011, oferecido como capacitação continuada pela Escola de Governo do Paraná.

1) Servidor(a) (opcional): Francisco Carlos Simioni.

2) Função: Agente Profissional.

3) Você já havia estudado espanhol antes deste curso?

( ) SIM Onde? \_\_\_\_\_

Quanto tempo? \_\_\_\_\_

(x) NÃO

4) Qual o seu objetivo ao participar deste curso de espanhol?

(x) Ampliar meu conhecimento pessoal

(x) Melhorar a qualidade técnica do trabalho

(x) elevar o salário

(x) outro

A ampliação das relações de trabalho com o mercado externo exige cada vez de cada um de nós, o aperfeiçoamento e conhecimento contínuo, seja em línguas, mercados, políticas, preços, etc.

5) Após o término do curso, você passou a usar esse conhecimento no trabalho?

(x) SIM. Como?

Normalmente/rotineiramente recebemos e atendemos delegações de produtores dos países do Mercosul, China, Europa e USA, etc, momento em que é necessário o conhecimento e o domínio de no mínimo, uma

Handwritten signature and date: 06/09/12

língua estrangeira. O curso de língua espanhola ofertada pela Escola de Governo e que tive a oportunidade de realizar, está sendo de fundamental importância para um atendimento mais personalizado e adequado nesse tipo de trabalho. O relacionamento com as delegações estrangeiras ficou mais fácil, pois facilitou o atendimento e o encaminhamento das questões que são colocadas nessas reuniões de trabalho. Nas viagens de trabalho que realizamos nos últimos dois anos, principalmente para os países do Mercosul e Europa, o conhecimento da língua espanhola foi determinante, não só para mim, mas para ajudar o grupo de trabalho/pessoas com quem estávamos viajando (nas reuniões, no processo de mobilidade, do entendimento técnico das propostas apresentadas pelos parceiros externos, etc).

Por fim, nos últimos três anos recebemos pelo menos três delegações de técnicos e empresários europeus, paraguaios, espanhóis, argentinos e chilenos aqui na SEAB, bem como tivemos a oportunidade de fazer duas viagens de trabalho a Europa, aonde utilizamos 100% os conhecimentos da língua espanhola, em especial os recebidos no Curso de Espanhol da Escola de Governo/Pr.

6) Você acha importante expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná?

(x) SIM. Porquê?

É uma ferramenta muito útil e que te auxilia diretamente nas suas relações de trabalho. O domínio de no mínimo mais uma língua estrangeira é muito importante para o perfeito desempenho das funções no trabalho, em especial no Setor Público, que exige seguidamente a realização de contatos e de trabalhos com os parceiros do bloco do Mercosul, Europa e USA.

Investir em conhecimento é reduzir custos, melhorar produtividade e qualidade dos serviços prestados e recebidos. O Estado deve investir em capacitação dos seus servidores, assim com a iniciativa privada faz com seus quadros de pessoal.

( ) NÃO



Francisco Carlos Simioni  
Chefe do DERAL.

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

## MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa preenchida por servidores públicos estaduais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, participantes do curso de Espanhol do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM), realizado de 2009 a 2011, oferecido como capacitação continuada pela Escola de Governo do Paraná.

1) Servidor(a) (opcional): Márcio da Silva

2) Função: Eng<sup>o</sup> Agr<sup>o</sup>

3) Você já havia estudado espanhol antes deste curso?

( ) SIM          Onde? \_\_\_\_\_

                                Quanto tempo? \_\_\_\_\_

( X ) NÃO

4) Qual o seu objetivo ao participar deste curso de espanhol?

( X ) Ampliar meu conhecimento pessoal

( X ) Melhorar a qualidade técnica do trabalho

( ) elevar o salário

( ) outro \_\_\_\_\_

5) Após o término do curso, você passou a usar esse conhecimento no trabalho?

( X ) SIM      Como?    Leitura de material técnico.

( ) NÃO

6) Você acha importante expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná?

( X ) SIM      Porquê? O conhecimento em línguas estrangeiras qualifica/profissionaliza as ações do Estado, tanto no acesso a materiais técnicos quando no contato pessoal/eletrônico.

( ) NÃO

Obrigada!

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa preenchida por servidores públicos estaduais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, participantes do curso de Espanhol do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM), realizado de 2009 a 2011, oferecido como capacitação continuada pela Escola de Governo do Paraná.

1) Servidor(a) (opcional): HUMBERTO BERNARDES JUNIOR

2) Função: AGENTE PROFISSIONAL - ENGE AGRÍVORO

3) Você já havia estudado espanhol antes deste curso?

SIM Onde? \_\_\_\_\_

Quanto tempo? \_\_\_\_\_

NÃO

4) Qual o seu objetivo ao participar deste curso de espanhol?

Ampliar meu conhecimento pessoal

Melhorar a qualidade técnica do trabalho

elevar o salário

outro \_\_\_\_\_

5) Após o término do curso, você passou a usar esse conhecimento no trabalho?

SIM Como? APRESENTEI UM TRABALHO TÉCNICO SOBRE A UNIVERSIDADE DO CAMPO NO MÉXICO

NÃO EM ESPANHOL

6) Você acha importante expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná?

SIM Porquê? PARA QUE OS SERVIDORES ESTEJAM  
MELHOR PREPARADOS PARA O DESEMPENHO  
DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS!

NÃO

Obrigada!

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa preenchida por servidores públicos estaduais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, participantes do curso de Espanhol do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM), realizado de 2009 a 2011, oferecido como capacitação continuada pela Escola de Governo do Paraná.

1) Servidor(a) (opcional): \_\_\_\_\_

2) Função: \_\_\_\_\_

3) Você já havia estudado espanhol antes deste curso?

( ) SIM          Onde? \_\_\_\_\_

                                Quanto tempo? \_\_\_\_\_

( X ) NÃO

4) Qual o seu objetivo ao participar deste curso de espanhol?

( X ) Ampliar meu conhecimento pessoal

( X ) Melhorar a qualidade técnica do trabalho

( ) elevar o salário

( ) outro \_\_\_\_\_

5) Após o término do curso, você passou a usar esse conhecimento no trabalho?

( X ) SIM      Como?      Leitura de material técnico.

( ) NÃO

6) Você acha importante expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná?

( X ) SIM      Porquê? O conhecimento em línguas estrangeiras qualifica/profissionaliza as ações do Estado, tanto no acesso a materiais técnicos quando no contato pessoal/eletrônico.

( ) NÃO

Obrigada!

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa preenchida por servidores públicos estaduais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, participantes do curso de Inglês do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM), em andamento desde 2009 e, oferecido como capacitação continuada pela Escola de Governo do Paraná.

1) Servidor(a) (opcional): BALTAZAR HENRIQUE DOS SANTOS

2) Função: AGENTE PROFISSIONAL

3) Você já havia estudado inglês antes deste curso?

(X) SIM      Onde? NA SEAB

Quanto tempo? 1 A 2 MESES

( ) NÃO

4) Qual o seu objetivo ao participar deste curso de inglês?

(X) Ampliar conhecimento pessoal

(X) Melhorar a qualidade técnica do trabalho

( ) elevar o salário

( ) outro \_\_\_\_\_

5) Você já está utilizando o conhecimento do curso em seu trabalho?

(X) SIM      Como? (EM PARTE) EM LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO

\_\_\_\_\_  
 ( ) NÃO

6) Você acha importante expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná?

(X) SIM      Porquê? CAPACITA OS SERVIDORES PARA REALIZAR VARIAS ATIVIDADES RELACIONADAS A INTERCÂMBIO COM OUTROS PAÍSES

( ) NÃO

Obrigada!

*[Handwritten signature]*  
06/09/2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa preenchida por servidores públicos estaduais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, participantes do curso de Inglês do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM), em andamento desde 2009 e, oferecido como capacitação continuada pela Escola de Governo do Paraná.

1) Servidor(a) (opcional): **Gilka Maria Aparecida Cardoso Andretta**

2) Função: **Administradora de Empresas - GRHS**

3) Você já havia estudado inglês antes deste curso?

SIM          Onde? **Wizard**

Quanto tempo? **01 ano**

NÃO

4) Qual o seu objetivo ao participar deste curso de inglês?

Ampliar conhecimento pessoal

Melhorar a qualidade técnica do trabalho

elevar o salário

outro

5) Você já está utilizando o conhecimento do curso em seu trabalho?

SIM      Como? Usando a literatura em inglês nos assuntos relativos a trabalhos científicos na área de GRHS.

NÃO

6) Você acha importante expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná?

SIM      Porquê? Porque o profissional usa a o inglês, desde o momento em que abre seu computador, atualiza-se com as publicações técnicas, atende missões e traduz trabalhos para publicação.

NÃO

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

## MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa preenchida por servidores públicos estaduais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, participantes do curso de Inglês do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM), em andamento desde 2009 e, oferecido como capacitação continuada pela Escola de Governo do Paraná.

1) Servidor(a) (opcional): \_Mariela M.M. Goularte

2) Função: \_\_\_\_\_

3) Você já havia estudado inglês antes deste curso?

( x ) SIM      Onde? \_\_ Particular \_\_\_\_\_

Quanto tempo? \_\_ 6 meses \_\_\_\_\_

( ) NÃO

4) Qual o seu objetivo ao participar deste curso de inglês?

( x ) Ampliar conhecimento pessoal

( x ) Melhorar a qualidade técnica do trabalho

( ) elevar o salário

( ) outro \_\_\_\_\_

5) Você já está utilizando o conhecimento do curso em seu trabalho?

( x ) SIM      Como? \_\_ para leitura de textos técnicos

\_\_\_\_\_  
 ( ) NÃO

6) Você acha importante expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná?

(x) SIM Porquê? Para possibilitar o aprendizado às pessoas que não tiveram oportunidade de estudar anteriormente, ou aprimorar o conhecimento já adquirido.

( ) NÃO

Obrigada!

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa preenchida por servidores públicos estaduais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, participantes do curso de Inglês do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM), em andamento desde 2009 e, oferecido como capacitação continuada pela Escola de Governo do Paraná.

1) Servidor(a) (opcional): Rosaria Regina Tesoni de Barros Richartz

2) Função: Medica veterinária – Gerente de Laboratórios ADAPAR

3) Você já havia estudado inglês antes deste curso?

SIM            Onde? Cultura Inglesa

Quanto tempo? Dois anos

NÃO

4) Qual o seu objetivo ao participar deste curso de inglês?

Ampliar conhecimento pessoal

Melhorar a qualidade técnica do trabalho

elevar o salário

outro \_\_\_\_\_

5) Você já está utilizando o conhecimento do curso em seu trabalho?

SIM    Como? Lendo literatura em inglês relativo a trabalhos científicos

NÃO \_\_\_\_\_

6) Você acha importante expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná?

SIM Porquê? Estimula e motiva os profissionais a ampliarem sua área de conhecimento

NÃO

Obrigada!

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisa preenchida por servidores públicos estaduais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, participantes do curso de Inglês do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas (PLEM), em andamento desde 2009 e, oferecido como capacitação continuada pela Escola de Governo do Paraná.

1) Servidor(a) (opcional): Sonia Maria Biesdorf Dorneles Rodrigues

---

2) Função: Médica Veterinária

---

3) Você já havia estudado inglês antes deste curso?

( X ) SIM      Onde? Inter Americano

Quanto tempo? 2 anos

( ) NÃO

4) Qual o seu objetivo ao participar deste curso de inglês?

( X ) Ampliar conhecimento pessoal

( X ) Melhorar a qualidade técnica do trabalho

( ) elevar o salário

( ) outro \_\_\_\_\_

5) Você já está utilizando o conhecimento do curso em seu trabalho?

( X ) SIM      Como? Leitura de artigos científicos. Contatos por escrito com autores de artigos.

---

( ) NÃO

6) Você acha importante expandir a oferta de cursos em línguas estrangeiras na política de capacitação continuada dos servidores públicos do Paraná?

(X) SIM Porquê? \_\_\_ O conhecimento da língua amplia a qualificação do profissional e por consequência o serviço público. \_\_\_\_\_

( ) NÃO

Obrigada!